



ASSOCIAÇÃO NACIONAL
**MUNICÍPIOS
PORTUGUESES**

Boletim
Janeiro.2006.143
Edição Electrónica

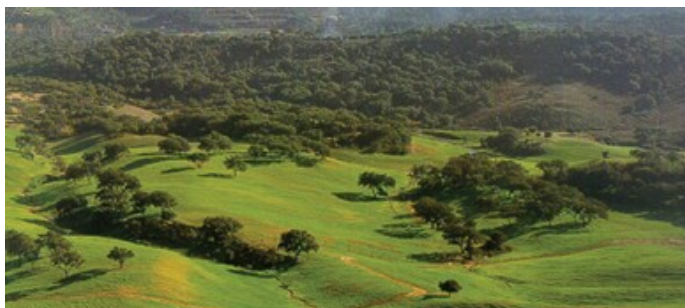
Indispensável participar Plano Sectorial da Rede Natura em fase de discussão pública

O Plano Sectorial da Rede Natura 2000, questão que tanto tem preocupado os Municípios enquanto primeiros defensores da protecção ambiental, está em discussão pública, no período de tempo que medeia entre 26 de Janeiro e 10 de Março próximo.

Momento da maior relevância, o seu inteiro aproveitamento é fundamental para os Municípios, no esclarecimento de dúvidas, também para as populações que representam, a quem urge sejam explicadas as incidências que a definição daqueles espaços protegidos acarreta, afinal os condicionalismos e benefícios que provocam no dia-a-dia. Pelo que importa que os autarcas dinamizem localmente, de forma participada, o debate, que os cidadãos participem, activamente, na discussão.

Recorde-se que os Municípios têm manifestado grandes preocupações pela forma como tem vindo a decorrer, sob a exclusiva responsabilidade do Instituto de Conservação da Natureza, o processo de elaboração do Plano Sectorial, cuja aprovação deveria ter acontecido, já, em Maio de ... 1999. Muitas autarquias têm denunciado o sistemático atropelo da realidade a coberto de dados técnicos e científicos de rigor duvidoso, identificando — de forma aliás corroborada pelo próprio ICN — situações que revelam um total desconhecimento do terreno por parte da entidade responsável pela elaboração do Plano. Que, lamentavelmente, surge em discussão pública com esses mesmos erros, sem que eles tenham sido corrigidos, como os Municípios demandavam.

A ANMP tem exigido a participação efectiva das autarquias e das populações afectadas, enquanto reclama, designadamente, a caracterização socioeconómica dos territórios abrangidos; a aprovação de um programa específico para o financiamento da Rede Natura 2000, no âmbito do futuro Quadro Comunitário de Apoio; e a disponibilização, pelo Estado português, para apreciação, das propostas a enviar à Comissão Europeia relativas ao financiamento, tendo presentes as questões da conservação da biodiversidade, do desenvolvimento local e do apoio social para as áreas abrangidas.



Indispensável participar
Plano Sectorial da Rede
Natura em fase de
discussão pública

Seca Continua
problemático nível de água
nas origens subterrâneas

Projecto de Mobilidade
Sustentável privilegia o
ambiente e a tecnologia

Competência não é
municipal Pedida não
promulgação de diploma
sobre prevenção e
protecção da floresta

Delegação Social
Democrata trabalhou com
Conselho Directivo

Reuniões com o Governo
para debate das mais
relevantes questões
Municipais

Plano de Actividades
privilegia finanças locais e
descentralização

CD analisou Presidência
da Protecção Civil e
Bombeiros

Celebrar o 30º Aniversário
das Primeiras Eleições
Autárquicas

LEMBRETES

Legiferando

[anterior](#) | [início](#)

- (c)ANMP/TI [2005]